BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril-Maio-Junho/2025 – ISSN 2175-9103 Nº104

Boletim Número 104
Data: Abril-Maio-Junho/2025

EDITORIAL

O Boletim PROEALC número 104 referente ao trimestre Abril, Maio e Junho de 2025 aborda aspectos da conjuntura da América Latina, frente ao governo de extrema-direita nos Estados Unidos. É notável que, historicamente, a política externa norte-americana em relação à América Latina sempre tende à subordinação da nossa região, independentemente do partido no poder. Contudo, em um momento histórico em que vemos a perda crescente de influência dos Estados Unidos, em países que sempre estiveram em sua esfera de interferência, principalmente com a ascensão de outros *players* internacionais, como a China e a consolidação de blocos econômicos derivados de uma visão de mundo multipolar, como é o caso do BRICS; a política externa norte-americana, liderada por uma lógica de extrema-direita, intensifica sua influência sobre a região, que trata como o seu "quintal". Seja através de tarifas abusivas em trâmites comerciais, adoção de políticas de deportação em massa e até mesmo classificação de grupos de crime organizado como terroristas internacionais para uma possível justificativa de intervenção.

Ademais, trouxemos alguns artigos que apontam para o fato de que o Brasil, tal como outros países latino-americanos, ainda possui uma economia muito baseada na exportação de *commodities*, o que perpetua a dependência econômica da região na lógica capitalista global, onde o aumento de fluxos comerciais para o país significa lucro para uma pequena parcela da população nacional. Isso traz consequências como boas safras sendo exportadas para que pouquíssimos latifundiários possam obter lucro em dólares, enquanto a população paga caro por itens básicos – como café, por exemplo – em supermercados. Outrossim, o impacto ambiental não pode ser descartado em tal discussão.

Ainda em outros artigos aqui presentes, buscamos trazer mais opiniões sobre a trama golpista de Bolsonaro e sua cúpula, explorando também o possível impacto que as *Big Techs* – como Google, Meta e *Twitter* – podem ter ao auxiliar a propagação de ideais de extrema-direita. Buscamos trazer também uma reflexão sobre a necessidade que o governo brasileiro tem em rever suas relações com o Estado genocida de Israel.

Por fim, trouxemos uma opinião que discute a memória deixada pelo ex-presidente uruguaio, Pepe Mujica, que faleceu em maio deste ano. Que sua história de vida e de luta seja inspiração para futuras gerações. Mujica presente, hoje e sempre!

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões e inspirações para debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Rafael Alves Ribeiro
Mateus dos Santos Nascimento
Bolsistas pesquisadores do PROEALC

Em Foco I

Como Marx veria as tarifas de Trump?

Por *Miguel Borba de Sá*
29/04/2025

Em setembro de 1847, o jovem Karl Marx compareceu a um congresso de economistas ‘livre-cambistas’ em Bruxelas, na Bélgica, onde se encontrava exilado. Mas não lhe foi dada a palavra. Pouco depois, no início de janeiro do ano seguinte, ele teve a chance de expor suas ideias sobre o assunto ao pronunciar um discurso na Associação Democrática de Bruxelas, que ele mesmo ajudara a criar, meses antes, e da qual era vice-presidente. Não sabemos se o fundador do ‘socialismo científico’ possuía em suas mãos um copo de cerveja ou de vinho. Mas podemos ter a certeza de que sua fala naquela noite não pode ser compreendida sem considerar as boas doses de ironia que, aliás, caracterizam a personalidade de Marx e perpassam toda a obra do comunista alemão.

No ‘Discurso sobre o problema do livre-comércio’, como o próprio título adianta, Marx apresenta uma reflexão sobre o posicionamento da classe trabalhadora diante do debate que dividia as elites capitalistas já naquela época: livre-comércio versus protecionismo alfandegário. Em termos narrativos, Marx opta por um estilo quase teatral, ao criar personagens ideal-típicos que verbalizam as diferentes posições de classes (e frações de classe) envolvidas no debate econômico, criando, assim, uma espécie de fábula que permite à plateia sentir-se representada e compreender didaticamente quais são os seus próprios interesses em meio à cacofonia ideológica daquela discussão intra-burguesa.

Antecipando um estilo alegórico e satírico que depois seria consagrado por Bertold Brecht em peças como A Resistível Ascensão de Arturo Ui, Marx inventa diálogos fictícios (porém bastante verossímeis no debate econômico) nos quais os propagandistas burgueses tentam convencer os trabalhadores a endossarem suas respectivas doutrinas econômicas. Tanto protecionistas quanto free-traders buscam explicar aos operários, camponeses e pequenos comerciantes que suas condições materiais de existência irão melhorar caso a política que defendem seja implementada. Os trabalhadores, sempre inteligentes, respondem-nos com perguntas desconcertantes que vão, aos poucos, desmascarando as promessas de ambas as teorias burguesas em disputa, bem como as boas intenções dos propagandistas burgueses, sejam quais forem.

Ao fim, percebem que tanto uns quanto outros querem transmitir seus interesses particulares como se fossem universais. Contudo, apesar de toda a pressão ideológica, os trabalhadores do teatro de Marx não se deixam levar pela falsa consciência e, neste caso, tampouco pela falsa concorrência oferecida pelos discursos dominantes. Os trabalhadores chegam à inevitável conclusão de que trata-se de uma disputa sobre que tipo de capitalismo seria o mais eficiente; quando, em realidade, do ponto de vista dos interesses de classe do proletariado, a verdadeira questão deve ser outra: qual das opções, se é que alguma delas, aguça mais as contradições do capitalismo de modo a abrir caminho para a revolução social contra este regime?

Ou seja, ao debate intra-burguês sobre como tornar o capitalismo mais eficiente (e até humanizado), Marx retruca com indiferença e certo desdém, recolocando os termos da discussão de modo a evitar que a classe trabalhadora se deixasse levar pela falsa questão que volta e meia monopoliza a atenção da opinião pública. Afinal, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, como diz o Manifesto (do mesmo autor e do mesmo ano, por sinal). A única questão que nos interessa verdadeiramente, e que jamais podemos esquecer, é como liquidar com o sistema. Eis o nosso problema, que não pode ser eclipsado pelos problemas das classes inimigas.

É deste ângulo que devemos analisar o debate intra-burguês: em vez de eleger um aliado dentre os exploradores, Marx insiste que é preciso abolir a exploração.

Além disso, prossegue Marx, já com ares professorais e menos teatrais, trata-se de uma falsa questão até do ponto de vista puramente econômico, uma vez que livre-comércio e protecionismo são, na realidade, dois lados da mesma moeda: não se trata de um par dicotômico que se exclui mutuamente, mas de uma totalidade dialética, mutuamente constituída. É assim – e somente assim – que pode-se entender a conclusão de Marx em favor do livre-comércio diante de seus camaradas naquela fria noite de inverno belga:

"Ademais, o sistema protecionista não é mais do que um meio de estabelecer em um país a grande indústria, ou seja: de fazê-lo depender do mercado mundial. Mas, desde o momento em que se depende do mercado mundial, já se depende mais ou menos, do livre-câmbio. Também o sistema protecionista contribui para desenvolver a livre concorrência no interior do país. Por isto, vemos que, nos países em que a burguesia começa a se fazer valer como classe, na Alemanha, por exemplo, ela realiza grandes esforços para obter tarifas protetoras. Para ela, estas tarifas são armas contra o feudalismo e contra o poder absoluto, são, para ela, um meio de concentrar suas forças e de realizar o livre-câmbio no interior do próprio país".

Dialeticamente, no entanto, ele conclui:

> "Mas, em geral, o sistema protecionista é, em nossos dias, conservador, enquanto que o sistema do livre-câmbio é destruidor. Dissolve as velhas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Numa palavra, o sistema da liberdade de comércio acelera a revolução social. E só neste sentido revolucionário, eu voto, senhores, a favor do livre-câmbio". (MARX, 1985, p.197)

Fosse mais apurada, a transcrição do discurso certamente traria um ponto de exclamação ao final da frase de Marx, que pode muito bem ter sido seguida de um brinde coletivo e, talvez, de uma grande gargalhada geral. A ironia de Marx hoje nos faz falta quando chega a nossa vez de enfrentar o debate hegemônico que os políticos burgueses e seus porta-vozes na imprensa nos obrigam a participar. A genialidade da postura de Marx reside justamente no fato de que, apesar de eleger uma dentre das opções dominantes, ele não sucumbe ao Conto do Vigário de nenhuma delas. Sua conclusão revoluciona o próprio debate, agora definido entre um modelo 'conservador' e outro 'destruidor'. Nenhum deles nos serve. Marx, a princípio, nos convida a torcer pela própria briga. Essa é a graça de sua tirada.

Em nenhum momento ele aceita as teses livre-cambistas sobre o aumento do fluxo global de comércio como benéfico, em termos absolutos, para todos em toda parte, ainda que desigualmente em termos relativos. As frases de abertura do discurso já zombam do slogan 'cheap food, high wages' (comida barata, salários altos) difundido pelos free-traders. Por outro lado, ele tampouco se coloca como defensor de 'sua' própria burguesia nacional, supostamente interessada em garantir empregos e prover salários dignos domesticamente. Nada disso. Em ambos os casos, Marx nos relembra: os trabalhadores perdem. Sua crítica da economia política, portanto, não é direcionada apenas ao liberalismo de Smith e Ricardo, mas também, e enfaticamente, ao nacionalismo econômico de List e Hamilton, todos capitalistas à sua maneira.

Hoje, quando os capitalistas mundo afora novamente se debatem sobre este mesmo tema (ora, que surpresa!) nossa posição não pode ser a de irrefletidamente tomar um lado, acreditando que este lado possa ser 'nosso' de alguma maneira. Mas é o que tem acontecido, lamentavelmente. Esta tornou-se a nossa triste ironia atual, que não faria sorrir nem mesmo o bem-humorado Marx.

Pois quem lutou com sucesso contra a ALCA poderá agora lamentar as tarifas de Trump contra o aço 'brasileiro'? Quem denunciou o livre-comércio e a globalização neoliberal pode agora endossar a teoria das vantagens comparativas da noite para o dia? Quem uniu-se à resistência das comunidades impactadas por megaempreendimentos exportadores, como a TKCSA/Ternium, no

Rio de Janeiro, pode agora mudar de lado sem um pedido de perdão a estas mesmas comunidades? Quem se consternou com o suicídio de um camponês coreano em protesto contra a OMC pode agora sentir saudades desta funesta organização? Somente porque é Trump que está destruindo, a seu modo, alguns de nossos alvos políticos de décadas devemos então, subitamente, passar a defendê-los? E, neste caso, sem fazer uma tremenda autocrítica de nossa posição anterior?

Por fim: estivemos equivocados este tempo todo e devemos, portanto, jogar a nossa biografia política no lixo?

Parece que não. A verdade é que estamos equivocados somente agora, ao esquecer da ironia de Marx e de sua metodologia de análise para casos deste tipo. Em vez de sucumbir perante o canto das burguesias choronas ou cair na tentação de embarcar na canoa furada liberal-progressista em seu embate particular contra outros representantes da Casa Grande global, nós precisamos urgentemente recolocar os termos do debate em função dos interesses finais (e não apenas os imediatos) das classes trabalhadoras.

Pois, atualmente, a ironia que emerge do debate público não é a mesma captada por Marx: é sim, pelo contrário, o fato de que a nossa incapacidade de afirmar uma linha política própria tem nos transformado em objeto de chacota das classes dominantes ou em piada de mau-gosto aos olhos dos setores populares, perplexos com o abandono de todas as nossas bandeiras de luta justamente na hora em que o debate político mais se polarizou. Só que agora já não fazemos mais parte de nenhum dos polos. Viramos, por (des)graça, uma espécie de bobo da corte, vacilante e coadjuvante, nas intrigas palacianas entre os donos do poder.

Link: **https://operamundi.uol.com.br/opiniao/como-marx-veria-as-tarifas-de-trump/**

Em Foco II

*América Latina: Os planos de Trump**

Por *Carlos A. Romero, Carlos Luján, Guadalupe González, Juan Gabriel Tokatlian e Mõnica Hirst*
07/04/2025

O segundo governo de Donald Trump transformou a América Latina e o Caribe em um "laboratório de controle" para a política internacional MAGA (Make America Great Again). Esta é uma abordagem única, dado que a região é sua esfera histórica de influência, onde Washington busca testar sua capacidade de comando, subordinação e extorsão com base em agendas específicas, como migração, segurança, controle de fronteiras, defesa, comércio e investimento, ao mesmo tempo que suprime questões relacionadas ao meio ambiente, transição energética, cooperação internacional e tecnologia. É importante considerar a natureza única da América Latina e do Caribe como um amálgama de 33 países que constituem geopoliticamente a área de influência imediata dos Estados Unidos. Em outras regiões, outros territórios são alvos individuais do unilateralismo agressivo do governo Trump (Groenlândia, Ucrânia e Gaza), mas eles não pertencem ao mesmo bloco de identidade em termos de história, cultura ou integração internacional. Ameaças, mesmo que bilaterais, não podem ser ignoradas, tanto coletivamente quanto regionalmente.

A ameaça e a aplicação de sanções econômicas são predominantes nas comunicações públicas e privadas em vários meios de comunicação, seja por meio de mensagens em redes sociais, seja por meio de declarações públicas ou contatos diretos estabelecidos por autoridades e

colaboradores do novo governo. Ao mesmo tempo que as medidas coercitivas estão sendo reforçadas, o espaço para o diálogo sobre agendas bilaterais está sendo empobrecido e minimizado.

A ideia da América Latina e do Caribe como um laboratório regional onde se testa a projeção de poder dos EUA não é nova, mas o uso intensivo e excessivo da coerção num contexto de disrupção na política internacional é. É uma forma de dominação, e não de construção de hegemonia. Portanto, a noção de laboratório de controle pressupõe a existência de um grupo vulnerável e regionalmente exposto diante do aumento de ações que se intensificaram desde 20 de janeiro, com a posse do segundo governo Trump.

[...] Do ponto de vista internacional, os Estados Unidos de Trump pretendem reafirmar sua posição no campo da geopolítica global, nas dinâmicas competitivas que dominam os rumos da economia global e nas definições dos valores e dos marcos ideológicos que devem prevalecer nos sistemas políticos do mundo ocidental. O segundo governo Trump está agindo em impulsos sucessivos em nome da recuperação da primazia americana em uma lógica de soma zero, sem nenhuma grande estratégia identificável até agora.

Este projeto envolve uma reconfiguração de múltiplos relacionamentos externos que usam instrumentos materiais de poder, especialmente ameaças econômicas, para alinhar, disciplinar ou intimidar contrapartes. Os Estados Unidos estão determinados a mudar a ordem mundial que construíram em 1945 e sustentaram e expandiram por décadas. Trump expressa profundo desdém pela ideia liberal do Ocidente, sua arquitetura internacional e um mundo baseado em regras, e é precisamente o mundo ocidental de seus aliados e parceiros onde ele decidiu inicialmente testar seus atributos de poder e suas aspirações de controle. A lógica trumpista sustenta que, ao enfraquecer a ordem liberal em suas expressões doméstica e internacional, ela melhora suas condições de confronto com seus rivais estratégicos, com a China na vanguarda. Da perspectiva do MAGA, a ordem liberal constitui a fonte do declínio americano, que deve ser revertido.

Entre as primeiras ações de forte impacto, destaca-se a determinação de pôr fim aos conflitos internacionais, na Ucrânia por meio de negociações ou imposições transacionais ad hoc, e no Oriente Médio por meio da força militar e de alianças estratégicas, fazendo prevalecer os próprios interesses sobre os demais. Trump, seus fiéis aliados e sua ampla base republicana no Congresso estão questionando o peso das questões na agenda global, descartando compromissos anteriores, sejam bilaterais ou multilaterais, que eles consideram inúteis ou onerosos para os interesses dos EUA. Assim, por meio de decreto executivo (4 de fevereiro de 2025), o presidente determinou que, no prazo de 180 dias, seria realizada uma revisão abrangente de todos os acordos e organizações multilaterais dos quais os Estados Unidos participam para avaliar a hipótese de sua retirada. A retirada unilateral do Acordo de Paris, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), e as críticas ao Tribunal Penal Internacional (TPI) foram os passos iniciais. A ideia de promover uma reconfiguração de fato da ONU significou cortar ou suspender temporariamente as contribuições dos EUA para a maioria de suas agências e programas.

A política externa de Trump, que faz parte do projeto MAGA, propõe um tipo de superioridade ou primazia regressiva que combina a Realpolitik, por meio da implantação de uma política de hard power acompanhada do uso preferencial da ameaça e da coerção; a noção de que o sistema mundial é fragmentado entre os que têm e os que não têm (uma espécie de versão atualizada do conceito de divisão internacional do trabalho); e a exacerbação dos discursos e prescrições ideológicas da direita radical. Os instrumentos familiares de poder brando, sejam materiais ou normativos, são substituídos por uma autoglorificação que reafirma um senso de superioridade e excepcionalismo.

O mais importante para a política internacional do mundo MAGA é a valorização dos atributos duros do poder dos EUA, que ele coloca no mesmo cesto: capacidade militar e dinheiro,

justificando o uso aberto de métodos transacionais e a defesa da paz por imposição; uma marca conflituosa na gestão da agenda do comércio exterior, normalmente acompanhada de um menu de medidas protecionistas; a estreita associação com a segurança interna do país, para a qual é essencial demonstrar capacidade de agressão contra ameaças internas que legitimam a criminalização da migração; Expansionismo imperial, que inaugura agendas de conquista territorial; nacionalismo exaltado, que é reforçado pelo nativismo ultramontano e pelo fundamentalismo religioso em cruzadas normativas contra a diversidade, a equidade e a inclusão.

O mundo MAGA está enfrentando um momento crítico em que dois processos simultâneos de mudança internacional convergem: o interregno e a transição de poder do Atlântico para o Indo-Pacífico. Enquanto no primeiro caso prevalece a identificação de uma crise orgânica que afeta essencialmente a ordem liberal, no segundo o foco está nos desequilíbrios estruturais e nas turbulências decorrentes da competição entre Washington e Pequim.

Durante seu primeiro governo, Trump foi o presidente dos EUA mais desdenhoso e abusivo em décadas, e o único a faltar a uma Cúpula das Américas. Para a América Latina e o Caribe, o mundo MAGA que Trump propõe em seu segundo mandato significa a continuidade dessa atitude com uma abordagem ainda mais agressiva, baseada na radicalização e expansão da agenda 2016-2020 com vistas a alcançar melhores resultados na região. Naquela ocasião, suas tentativas de intervir e conseguir uma mudança de regime na Venezuela foram frustradas, e suas políticas de imigração encontraram obstáculos nos tribunais e burocracias dos EUA. É um plano de ação impulsionado pela determinação de concluir negócios inacabados, uma forte crítica ao que é visto como um retrocesso para o governo democrata de Joe Biden na região e um aprofundamento da competição com a China.

Nessa tensão geopolítica, a América Latina e o Caribe adquiriram importância inegável devido ao rápido e sustentado avanço comercial, financeiro, tecnológico e de infraestrutura da China na região. Em 2024, as transações comerciais entre os dois lados atingiram US$ 518,465 bilhões, com a expectativa de que possam atingir US$ 700 bilhões até 2035. Os 147 projetos de propriedade chinesa na região andina desenvolvidos entre 2000 e 2023, avaliados em US$ 46 bilhões, estão espalhados pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Hoje, 21 países da América Latina e do Caribe (de 33) aderiram formalmente à Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), e outros, como Colômbia e Brasil, têm acordos parciais com esse mecanismo. Para este último país, a China é seu principal parceiro comercial — destino de 29,8% de suas exportações —, o que ganhou novo impulso com a assinatura de 34 acordos bilaterais em 2024.

A abordagem de Trump para competir com a China, em uma região onde os Estados Unidos se encontram em desvantagem diante do enorme fluxo de investimentos e oportunidades comerciais oferecidas por seu rival, é arrogantemente simplista, baseada mais na ameaça de danos do que em incentivos positivos. Ironicamente, a guerra comercial desencadeada por Trump está estimulando a demanda chinesa por produtos agrícolas da região. Além disso, em termos de agenda global, as orientações defendidas por Pequim em favor do multilateralismo, da paz, da não intervenção, da cooperação para o desenvolvimento e do combate às mudanças climáticas estão alinhadas com pilares importantes da política externa da América Latina e do Caribe.

Em declarações recentes, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, condenou a política de poder do mais forte, reafirmou o compromisso de seu país com o multilateralismo e a cooperação internacional e criticou a política de subordinação da América Latina e do Caribe pelos Estados Unidos. Por sua vez, os Estados Unidos, dando as costas ao multilateralismo, buscaram incentivar um realinhamento da região por meio de uma mudança radical em suas preferências de política externa. Um exemplo recente foi a votação da ONU sobre a Ucrânia três anos após a invasão russa. Em um novo cenário, os padrões de votação dos países latino-americanos e caribenhos na Assembleia Geral sobre a Ucrânia tendem a se dispersar, como evidenciado pela adoção da resolução “Promoção de uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia” (A/ES-11/L10), promovida pela

Ucrânia e pela Europa, que foi apoiada por 16 países da região e rejeitada por dois (Haiti e Nicarágua), enquanto o grupo de 11 países que se abstiveram, em convergência com os Estados Unidos, é tão heterogêneo em termos ideológicos e geopolíticos que é impossível falar de motivações semelhantes. (1)

O abandono do multilateralismo e o desrespeito ao direito internacional defendido pelo movimento MAGA aumentam as assimetrias de poder entre os Estados Unidos e os países da América Latina e do Caribe, ao mesmo tempo que multiplicam as fontes de incerteza em escala global e regional. A indiferença do segundo governo Trump em relação às organizações internacionais contribui para o esgotamento do multilateralismo regional. No entanto, o desdém também contribui para fomentar reações coordenadas e ações coletivas com certas margens de relativa autonomia. Assim, no recente processo de troca do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma certa falta de interesse dos Estados Unidos em apoiar mais firmemente a candidatura do Chanceler paraguaio Rubén Ramírez Lezcano abriu caminho para uma ação concertada de um pequeno grupo de países (Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, em consulta com o México). A solução, que consistiu na aclamação do candidato surinamês, Albert Ramdin, e na retirada do candidato paraguaio, evitou que diferenças internas se tornassem visíveis e foi aceitável para Trump. Um vislumbre de colaboração minilateral foi combinado com desdém pela OEA por parte dos Estados Unidos.

Operadores de áreas vinculadas à América Latina e ao Caribe foram selecionados com base em lealdades, apoio financeiro e origem territorial. Exemplos disso incluem a nomeação de falcões como Marco Rubio, Mauricio Claver-Carone, Christopher Landau, Richard Grenell e Peter Navarro, todos com seus próprios interesses e redes em países da região, particularmente no Caribe (Cuba e República Dominicana), América Central (Guatemala, El Salvador e Panamá) e norte da América do Sul (Colômbia e Venezuela). A influência da Flórida na tomada de decisões na região é evidente. O método de Trump de identificar uma série de colaboradores e atribuir tarefas a diferentes membros de sua "seleção" ajuda a manter uma distância tática do presidente na região e uma margem de incerteza sobre quais são os objetivos e até onde as ameaças irão.

Em seu livro Empire's Workshop, Greg Grandin ressalta que, desde o final do século XIX e em vários momentos do século XX, a América Latina tem sido uma "oficina" para a projeção de poder dos Estados Unidos, o que serve para estender seu poder em um nível extrarregional. A ideia de "oficina" implica um espaço de aprendizagem do qual são extraídas lições que, por sua vez, contribuem para uma implementação mais eficiente de futuros modos de ação, intervenção e garantia de influência e poder. Se adaptarmos essa ideia ao contexto atual, em vez de lições que possam ser replicadas em outras regiões, o que Trump busca é garantir tal acúmulo de poder na América Latina e no Caribe que a primazia que ele promove se torne inquestionável. Nossa ideia é introduzir o conceito de "laboratório de controle". Um laboratório é, segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola, "um lugar" onde, entre outras tarefas, se realiza experimentação. Aqui novamente surge a ideia de tentar algo e observar o resultado. Mas em um laboratório você pode experimentar diferentes tipos de problemas. A ideia de "controle", segundo uma das definições do mesmo dicionário, remete a "dominância", a "preponderância". Ou seja, não se limita a uma possível disposição em favor de incentivos positivos ou "cenouras" para cooptação, mas pode envolver — e até mesmo se basear em — um conjunto de ameaças, sanções e punições ou "varas" para completar a dupla metafórica delineada acima. Essa fórmula adotada no exercício do poder baseia-se na ativação deliberada de emoções defensivas, especialmente medo e humilhação, para garantir dominação e submissão.

Até agora, o laboratório de controle foi aplicado ao tradicional Mare Nostrum dos Estados Unidos: os países da Bacia do Caribe. Isso, por sua vez, está interligado à admiração de Trump pelo presidente William McKinley, o pai do expansionismo americano e um protecionista fervoroso que recorreu a tarifas externas. McKinley conseguiu conquistar os territórios de Guam, Porto Rico e

Filipinas após a derrota da Espanha na Guerra Hispano-Americana em 1898, enquanto anexava o Havaí e mantinha o controle comercial dos EUA em Cuba. Isso está interligado com a atual iniciativa neoimperial de Trump, que revisitou, em seus próprios termos, as ideias centrais da Doutrina Monroe e seu Corolário Roosevelt, que foram os principais slogans usados para identificar a América Latina e o Caribe como uma área de influência exclusiva dos Estados Unidos nos séculos XIX e XX. Diferentemente de períodos históricos anteriores, a atual influência da Casa Branca assume um papel fundamental para lidar com a perda de influência política e presença econômica na América Latina e no Caribe, particularmente diante da China.

O senso imperial de ambição americana é sustentado por uma lógica revisionista, produto de uma profunda insatisfação com o status quo geopolítico, geoeconômico e normativo. Sabemos que os termos "império" e "imperialismo" são polissêmicos. É possível falar de um impulso neoimperial nos termos de Hans Morgenthau, que define o imperialismo como "uma política que visa quebrar o status quo e modificar as relações de poder entre uma ou mais nações". (2) Se depois de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos sucumbiram à tentação imperial e abandonaram sua hegemonia cada vez mais questionável, hoje Washington busca mudar de uma ambição questionável de primazia para um impulso neoimperial que busca uma base de apoio doméstico e ampla resignação internacional. Portanto, o que se observa da perspectiva conceitual do "laboratório de controle" é a concretização de um desejo de dominação, disposto a recorrer a instrumentos de coerção e, ao mesmo tempo, a transferir seu projeto reacionário para a região. É uma combinação do poder duro clássico (sanções, retaliações, chantagem, etc.) e um novo tipo de poder suave (que significa apoiar regimes híbridos cada vez mais autoritários e menos democráticos).

Existem vários instrumentos e peças no laboratório de controle.

A primeira parte é a vertigem, que ocorre em ondas onde a aceleração do tempo em uma avalanche de decisões se combina com reviravoltas inesperadas e estímulos emocionais baseados em grosseria, abuso e intimidação. Esse mecanismo é gerado na região por impulsos dos Estados Unidos que combinam rapidez, surpresa e anúncios inéditos transmitidos por emissários enviados pela Casa Branca. A proeminência rotativa dos membros da equipe de Trump é alimentada por um estilo de ação política que gera confusão e paralisia, tanto individual quanto coletivamente, em uma região condicionada pela assimetria de poder com os Estados Unidos. Essa mesma assimetria explica por que, no curto espaço de dois meses, Trump não enfrentou restrições para mudar o lugar da América Latina e do Caribe em sua narrativa de política externa. Da atenção sem precedentes em seu discurso de posse, suas primeiras ordens executivas, a rápida nomeação de vários embaixadores e visitas de autoridades a países da América Latina e do Caribe para abordar questões urgentes de migração, fentanil e comércio, há uma mudança em direção à agenda europeia. A paz na Ucrânia como promessa de campanha, a reaproximação com a Rússia e o distanciamento dos aliados europeus são agora prioridades em sua agenda.

Mas, apesar dessas flutuações na atenção da mídia, a América Latina e o Caribe permaneceram até agora fora do radar da política externa revisionista e da agenda governamental de Trump. Em dois meses, Trump quebrou o recorde presidencial de ordens executivas emitidas, com um total de 132, das quais 51 estão relacionadas a questões econômicas, migração, segurança nacional e política externa, e 35 são explicitamente direcionadas ou indiretamente vinculadas a países da região. A política externa de Trump joga os países latino-americanos e caribenhos em uma montanha-russa que exacerba suas vulnerabilidades preexistentes e aprofunda a dispersão regional. A avalanche de ações em direção à região gera uma sensação de coordenação ad hoc que pode dar a impressão de design, planejamento e execução, embora até o momento o que vemos seja uma combinação de determinação e improvisação que dificulta a previsibilidade.

O segundo componente é a preferência dos EUA por canais bilaterais e negociações transacionais individuais, de acordo com as diferentes agendas e suas complexidades. Trata-se de uma bilateralização exclusiva, na qual faixas segmentadas rapidamente se tornam agendas cativas

condicionadas por lógicas coercitivas. Esses acordos bilaterais são adaptados às demandas de Washington, não oferecem garantias às contrapartes ou métricas de satisfação, são voláteis e abrem oportunidades seletivas para oportunismo, seja por afinidades ideológicas ou pela disposição de oferecer certos recursos e serviços. Isso cria um ciclo de feedback vicioso entre bilateralização, fragmentação e polarização em escala continental, o que dificulta a possibilidade de respostas regionais. O bilateralismo à la carte não implica necessariamente um menu de negociações e pode ser gerado a partir de imposições unilaterais (Panamá, Venezuela) ou dar origem a diálogos próximos que brincam com a espada de Dâmocles da aplicação de sanções e/ou retaliações mútuas (Brasil e México). Com o passar do tempo, uma gama diversificada de bilateralismos é observada, incluindo variações entre demandas com margens de tolerância limitadas, negociações limitadas com futuros incertos e diálogos convergentes.

Para uma melhor compreensão dos bilateralismos à la carte, que testam o poder da ameaça e onde se combinam diferentes possibilidades de interação, é útil recorrer ao modelo de "negociação tácita" desenvolvido por Thomas Schelling, que identificou a interação a partir de uma perspectiva estratégica baseada no uso da ameaça por um ator em detrimento de outro. (3) Se aplicarmos esse modelo à realidade regional atual, quando os Estados Unidos ameaçam um país latino-americano ou caribenho, devemos levar em conta que isso coloca sua credibilidade em jogo. Ao mesmo tempo, o país ameaçado sabe das consequências prejudiciais que a concretização da ameaça pode ter, e isso tem um efeito assustador. A parte ameaçada, então, para salvar a face e reduzir danos previsíveis, faz concessões.

No caso particular de Trump, quatro condições importantes se conjugam:

(a) o desrespeito às regras e a valorização dos acordos, pelo que os componentes e fundamentos jurídicos das suas ameaças não são considerados relevantes e há pouco interesse em gerar acordos vinculativos;

(b) a legitimação de um tipo de "transacionalismo" que deixa sempre a porta aberta à revisão unilateral e constante dos acordos;

(c) a imposição de comportamentos "imprevisíveis" que dificultam o desenvolvimento de estratégias de resposta abrangentes; e

(d) o uso de ameaças desproporcionais, retórica exagerada, informações falsas e retaliações crescentes se as exigências não forem atendidas.

No que foi feito até agora na região, podem ser observados os estágios iniciais de aplicação do modelo de negociação tácita com vários países da América Latina e do Caribe. Esses processos estão em andamento. Naturalmente, as relações bilaterais entre os Estados Unidos e os vários países latino-americanos são influenciadas pela resposta de cada país e pela interação entre seu escopo de autonomia, interesses e afinidades ideológicas que atuam internamente para reforçar ou desafiar os controles projetados do Norte.

O terceiro componente do laboratório de controle é o uso da coerção econômica, baseada em um mercantilismo hiperprivatista que busca impor uma lógica de guerra comercial aos países da região, associada à promoção agressiva dos interesses e investimentos de grandes grupos financeiros, econômicos e tecnológicos dos EUA. A busca pela primazia econômica por meio do protecionismo comercial agressivo e a ruptura com acordos estabelecidos, como o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), colocam em evidência a competição com a China, mas também com a Europa e as economias emergentes. O que prevalece é a ambição de alcançar uma primazia econômica soberana e combativa sobre os demais concorrentes, o que implica inclusive o abandono de antigos parceiros e aliados. Da perspectiva do laboratório de controle, os impactos do protecionismo coercitivo do projeto MAGA na América Latina e no Caribe e sua guerra comercial indiscriminada são diversos em escopo e magnitude.

Em países com estruturas tarifárias negociadas bilateralmente, como o Brasil, a imposição unilateral de tarifas afeta setores específicos, como aço e alumínio. No entanto, as consequências

são multiplicadas quando se trata de países com acordos de livre comércio como o México, e ainda mais quando as tarifas são usadas como meio de pressão em questões não econômicas. As possibilidades de respostas coletivas concertadas ao ataque protecionista do projeto MAGA são limitadas pelas diferenças na magnitude dos fluxos comerciais, no grau de integração produtiva e no tipo de cadeias de valor envolvidas em cada caso. Segundo dados do United States Census Bureau, em 2024 a América Latina e o Caribe atingiram uma participação de quase 23% do comércio total de mercadorias do país, mas há contrastes significativos na importância comercial relativa dos estados da região. Mesmo quando se comparam as maiores economias latino-americanas, o peso comercial do México é evidente, com uma participação de 69% do comércio dos EUA com a região, enquanto o Brasil, seu segundo maior parceiro comercial regional, responde por 7,4%, e a Argentina, por 1,3%.

O mercantilismo hiperprivatista do movimento MAGA vai além dos componentes históricos do protecionismo americano em prol da reindustrialização, forçando o retorno dos investimentos (reshoring) e deixando para trás a ideia de nearshoring promovida pelo governo Joe Biden. É uma reação ideológica contra o neoliberalismo e uma rejeição ao livre comércio e ao acesso preferencial ao seu mercado, que, de uma perspectiva populista, são considerados esquemas injustos que vão contra os interesses dos Estados Unidos, levando à perda de empregos e ao aumento dos déficits comerciais. A tendência de recorrer à punição por meio de ameaças e sanções comerciais não é apenas uma resposta a incentivos econômicos, como aumento da receita alfandegária, redução do déficit comercial e atração de investimentos para a reindustrialização, mas também para condicionar políticas de controle de fronteiras (migração e drogas) e estabelecer padrões de "disciplina" bilateral. Ao mesmo tempo, o projeto MAGA incorpora a ambição de controlar a exploração de recursos estratégicos, que são de particular valor para o complexo militar-industrial e a tecnologia digital. As reservas minerais estratégicas na América Latina são globalmente significativas. Em 2023, a região controlava 48% das reservas mundiais de lítio, 36,6% das reservas mundiais de cobre, 34,5% das reservas mundiais de prata e 16,7% das reservas mundiais de terras raras.4.

O quarto componente do laboratório de controle é a redefinição do interméstico (5) nas relações com a América Latina e o Caribe. Essa é uma dimensão que está presente nos laços dos Estados Unidos com o México, o Caribe e a América Central há décadas. A natureza interfronteiriça das agendas bilaterais e o uso da diplomacia multinível foram particularmente evidentes nas relações com o México, onde surgiram vários espaços de interação, fomentados em ambos os lados da fronteira pelas agendas domésticas dos respectivos países. Mas a interpenetração do interno e do externo assume nova importância como nutriente no discurso populista construído pelo trumpismo como consequência do papel central ocupado pela proteção do cidadão americano, que busca compensação transferindo culpas e custos para outros países. As questões inter-regionais de comércio, migração, segurança, drogas, fronteira e batalhas culturais ocupam o centro do palco na agenda do MAGA, o que explica em parte a atenção incomum que Trump deu à região em seus principais discursos de chegada em 2025, nas ordens executivas que ele assinou e nas iniciativas republicanas no Congresso durante seus dois primeiros meses no cargo.

Há uma rede institucional no plano doméstico na qual se baseia o novo sentido das relações interministeriais com a com participação crescente do Departamento de Segurança Interna, do Departamento de Justiça e de governadores republicanos dispostos, responsáveis por executar operações de discriminação e expulsão de migrantes que prejudicam e atacam os mesmos segmentos sociais com os quais se mantinham agendas cooperativas e interesses complementares. A dinâmica das relações interfronteiriças com o México desde a década de 1990 tornou-se uma agenda essencialmente negativa. Por sua vez, a expansão das relações interfronteiriças para o México e a América Central tem como corolário a ativação de lobby multinível (federal, estadual e local), não

necessariamente coordenado, por diversos atores, desde autoridades subnacionais até líderes empresariais e ativistas sociais.

Dada a divisão política interna dos EUA, esses tipos de laços fomentam uma polarização ideológica entre os países latino-americanos e caribenhos, facilitando o impacto dos interesses dos EUA no contexto doméstico da região. Estão tomando forma novas formas de intermesticidade produzidas pela imitação ideológica? Países como Argentina e El Salvador, onde os Estados Unidos têm líderes simpáticos no poder, fazem parte da rede de apoiadores do MAGA na região. Em casos como o do Brasil e da Colômbia, onde há conexões entre segmentos políticos domésticos opostos e a extrema direita americana, as dinâmicas interpenetradas estão expandindo sua visibilidade.

O quinto componente é o impulso renovado para securitizar a agenda regional, juntamente com a ampliação das ameaças que ela supostamente pretende conter. Esta não é uma característica nova nas relações entre os EUA e a América Latina. Pelo contrário, é uma dimensão que vem sendo reforçada desde 11 de setembro de 2001, quando foram feitos esforços para garantir maior harmonia no diálogo com os setores militares e os serviços de inteligência da América Latina e do Caribe. Desde o primeiro governo Trump, observou-se um novo salto qualitativo nesses laços, motivado pela ideia de que o leque de riscos à segurança estava se ampliando, seja por questões não diretamente relacionadas a ameaças militares, como comércio, migração e meio ambiente, seja pela inserção da região em uma visão bipolar da política mundial, especialmente anti-China, o que justificaria um estado de alerta permanente para todos os atores e agências que colaboram com o complexo de defesa e segurança dos EUA. Tanto em sua narrativa quanto nos diversos programas de ação, o Comando Sul assumiu papel de destaque na condução desta missão na América do Sul. A inclusão do Brasil como aliado preferencial não pertencente à OTAN em 2020, ao lado da Colômbia e da Argentina, foi um passo na mesma direção.

Com o governo Trump, já podemos ver um cruzamento entre a securitização e a redefinição das relações inter-múndi, ou o que poderia ser chamado de dupla securitização nas relações entre Washington e o subcontinente. Há três frentes de ação que indicam essa tendência:

(a) a interligação entre as políticas de deportação em massa e as políticas de segurança interna: a abordagem militarizada torna possível justificar a acusação de migrantes como responsáveis por uma “invasão”. Além de impor aos deportados um tratamento semelhante ao dos prisioneiros de guerra, os métodos violentos adotados pelas autoridades federais e, em vários casos, estaduais ignoram princípios essenciais de direitos humanos e desrespeitam as autoridades judiciais locais e nacionais;

(b) a classificação dos cartéis de droga mexicanos, venezuelanos e salvadorenhos como organizações terroristas e a utilização de aeronaves e drones em missões de vigilância nas fronteiras terrestres e marítimas com o México;

(c) a articulação entre uma colaboração militar bilateral mais robusta e as prioridades da política externa dos Estados Unidos. A recente decisão do Comando Sul de conduzir novas operações de vigilância no Panamá reforça o compromisso da Casa Branca em expandir sua presença econômica e política naquele país.

A sexta parte do laboratório de controle diz respeito à intervenção, outra característica bem conhecida do relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina e o Caribe. Na era pós-Guerra Fria, uma série de métodos de intervenção (militares, operações secretas, boicotes, operações de manutenção da paz, sanções comerciais e financeiras, suspensão de organizações multilaterais e apoio a forças políticas aliadas) foram projetados na região, inclusive por meio de sua “adesão”, com diferentes motivações (geopolítica, anticomunismo, mudança de regime, guerra ao terror e combate ao narcotráfico), dependendo da política global e regional de Washington.

Segundo o mundo MAGA, há uma revalorização da ideia de intervenção com finalidade exclusivamente unilateral, sem busca de parceiros regionais ou extrarregionais, e isso implica uma mudança de prioridades temáticas. Por um lado, as preocupações com o tipo de regime, a

democracia, os direitos humanos e as crises humanitárias são deixadas de lado. Por outro lado, são enfatizadas as prioridades de grupos de interesse específicos nos Estados Unidos, especialmente na Flórida, novos métodos de deportação e segurança interna. Em particular, a luta contra o crime organizado e sua ligação explícita com o terrorismo abre novas oportunidades para a ação militar, seja unilateral ou bilateral, sem descartar possíveis "intervenções por convite". A bandeira da intervenção geopolítica contra a China também está sendo levantada com frequência crescente, na busca por maior controle sobre a infraestrutura logística e os recursos estratégicos da região. Da narrativa do MAGA, os cenários possíveis para esse impulso neointervencionista são México, Panamá, Haiti, Cuba, Nicarágua e Venezuela. Ainda não está claro qual o papel dos potenciais colaboradores, países considerados "leais", como Argentina, El Salvador e República Dominicana.

A produção deliberada de caos por um poder revisionista e disruptivo cria um sério problema na visualização do horizonte temporal e reduz a sombra do futuro. Essas condições dificultam ou até mesmo dificultam o cálculo dos custos e danos de médio e longo prazo para os países da América Latina e do Caribe ao responder às demandas imediatas dos Estados Unidos. Nessa situação de incerteza generalizada, a famosa frase keynesiana "no longo prazo estaremos todos mortos" poderia ser invertida, pois impõe uma dinâmica caótica e de curto prazo diante de perigos existenciais que podem ter um efeito imediato.

A dinâmica desencadeada pelo início do segundo governo Trump prenuncia um mundo em erupção com níveis sem precedentes de violência simbólica e unilateralismo agressivo e desproporcional em relação à região. Este é um momento em que a América Latina e o Caribe enfrentam um dos seus maiores desafios: encontrar maneiras de transformar ou moderar o jogo de negociação tácita altamente assimétrico imposto pelos Estados Unidos, ou de romper com ele. Até agora, prevaleceram respostas individuais e formas de bilateralismo, presas em agendas impostas por Washington por meio dos instrumentos do laboratório de controle.

Os seis mecanismos laboratoriais de controle identificados, além de suas especificidades, demonstram uma interconexão funcional. Cada uma corresponde a uma tarefa específica que está vinculada a outra(s). O mundo MAGA, através do efeito vertigem, transborda para as agendas do protecionismo comercial, da securitização, do bilateralismo exacerbado e, especialmente, da reconfiguração da natureza inter-médica das relações entre os Estados Unidos e a América Latina e o Caribe. Essas interconexões não implicam ausência de tensão entre as diferentes partes. A política tarifária agressiva contradiz os interesses econômicos e os fundamentos sociais que sustentam o mundo MAGA; A eficiência do efeito vertigem como instrumento de controle também é geradora de caos interno, como se observa na sucessão de conflitos entre os poderes Executivo e Judiciário, e entre o governo federal e os poderes subnacionais (estaduais e municipais).

Neste artigo, destacamos a importância da nova configuração da natureza interfronteiriça das relações dos EUA com a América Latina e o Caribe. O ponto a ser enfatizado é que a intermesticidade, hoje, está ligada às profundas transformações que ocorrem na sociedade e na política americanas, como parte do mundo MAGA. O poder esmagador deste mundo deixou a oposição democrata paralisada e boa parte das organizações e movimentos liberais e progressistas americanos desarticulados, dando ao trumpismo carta branca para manter seu laboratório de controle no cenário regional.

Nesta era turbulenta, o enfraquecimento das instituições políticas americanas e do Estado de direito facilita a operação dos mecanismos de controle colocados em prática pelo mundo MAGA. Com o apoio da extrema direita internacional, eles já demonstraram sua capacidade de penetrar nas realidades políticas dos países da região. Uma nova capilaridade está surgindo na conexão entre as realidades políticas dos Estados Unidos e as dos países da América Latina e do Caribe, com cenários internos e externos ainda indefinidos. O mundo MAGA, como um sintoma mórbido do interregno, pode ampliar os efeitos disruptivos da incerteza da transição internacional de poder. Outra hipótese

é que o processo levará a uma ordem neoconservadora não hegemônica, na qual a América Latina e o Caribe permanecerão uma região rigidamente disciplinada.

No momento, não é possível falar do mundo MAGA partindo de uma grande estratégia, talvez nem mesmo de um plano definido, mas sim de um projeto com múltiplos impulsos e reviravoltas em busca de um objetivo principal: recuperar a primazia global diante do desafio do avanço da China. Dentro do mundo MAGA avassalador e vertiginoso, os limites temáticos e de ação se movem sem equilíbrios claros. A identificação da América Latina e do Caribe como um laboratório de controle deve ser entendida como parte do movimento vertiginoso de experimentação externa do segundo governo Trump, que segue a bússola da tentação imperial e depende de sua capacidade de testar o alcance de suas ambições econômicas, geopolíticas e militares. A falta de vontade política para reconhecer o valor da contenção e da priorização cria uma variedade aleatória de possibilidades abertas em diferentes cenários regionais e nacionais, independentemente das diferenças geográficas. Todos os papéis estão mudando, incluindo a relação inter-regional entre a América Latina e a Europa, que corre o risco de enfraquecer ainda mais.

Há duas maneiras de entender o laboratório no triângulo entre Estados Unidos, Europa e nossa região:

A primeira é que esta última se mantém em sua condição periférica, secundária, assimétrica, e que a Europa tenta reproduzir a subordinação que está vivendo com os Estados Unidos.

A segunda é que a América Latina e a Europa embarquem em um processo de aprendizado compartilhado para melhorar a autonomia enfraquecida de ambas as regiões. Essa possibilidade dependerá da harmonia política inter-regional em termos de preservação de regimes democráticos e agendas econômicas impulsionadas por transações equilibradas.

Vale ressaltar que o modelo de controle do projeto MAGA pode ser replicado em outras regiões do mundo com novos efeitos disruptivos, inclusive na Europa. Há outras experiências em andamento desencadeadas por esse movimento: na Europa, um potencial laboratório de guerra em nome de sua "autonomia estratégica" e, no Oriente Médio, um de desumanização e genocídio.

**Por ser um texto bem extenso, optamos por trazer suas principais partes que concernem a América Latina.*

Link: https://outraspalavras.net/outrasmidias/america-latina-os-planos-de-trump/

Em Foco III

O agro não é "pop", é catastrófico

Por *Eduardo Ricetti*
23/05/2025

"O agro não é verde", afirma o título de um relatório do De Olho nos Ruralistas publicado em 2022. O dossiê explica que a "posse" da popularidade do agro é "usufruto" da propriedade de latifúndios e do avanço devastador sobre as roças dos povos originários/tradicionais pela indústria madeireira ilegal, pelo garimpo e pelas queimadas causadas por ação humana seja por fogo diretamente ateado, seja pela ação do aquecimento global que agrava a extensão dos impactos das queimadas e incêndios florestais. Este e outros relatórios do observatório do agronegócio no Brasil ajudam a responder com quanto capital financeiro e político/social se financia, onde se territorializa e como se articula a classe dos expropriadores e exploradores do país.

Estes dossiês do De Olho nos Ruralistas estabelecem um diálogo de complementaridade ao "Dossiê da Agroecologia na América Latina – Um futuro necessário", publicado em 2024 e apresentado no segundo módulo do Curso de Realidade Brasileira, realizado nos últimos dias 24 e 25 de abril, que contou com uma aula magna do economista João Pedro Stédile sobre direito à terra no Brasil, bem como aulas do jurista Carlos Marés, da engenheira ambiental Claudia Sonda e da Doutora em Agroecossistemas e vice-reitora da Universidade Federal do Paraná, Gabriela Bica, que enfocaram discussões sobre meio ambiente, agricultura e agroecologia a partir de uma apresentação histórica sobre a formação dos latifúndios, que dão base para a chamada Revolução Verde no Brasil.

Com as aulas e textos didáticos apresentados às pessoas aprendizes foi possível descobrir que a (falsa) Revolução Verde consistiu num movimento liberal em que organizações filantrópicas, como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford, num período entre 1960 e 1970, aliadas a governos nacionais, financiaram a imposição de um modo produtivo monocultural agroexportador em territórios nacionais nas Américas e na Ásia, estabelecendo condições para um avanço do agronegócio contra povos tradicionais e seus modos de vida diversos, sobrepondo a eles a produção de monoculturas de soja e milho, em sua maioria. Com alguma variação de arranjos e cadeias produtivas organizadas em arranjos regionalizados, hoje o agronegócio desloca, pelo Brasil, grãos e carne envenenados, produzindo-os em terras expropriadas no colonialismo também por antepassados dos hoje latifundiários.

O agronegócio, enquanto classe social que se baseia num modo de produção econômico, nunca fez uma "Revolução Verde", e sim impôs, na prática, uma modernização dolorosa para o trabalho no campo, forjou um colonialismo químico para sustentar sua proposta de monocultura atualmente ainda em vigor no século XXI e, assim, atualizou nossa catástrofe ancestral.

Partindo de um propósito de expandir a caixa de ferramentas conceituais para ampliar a potência da luta pela agroecologia e tendo como horizonte a continuidade dos debates promovidos nas aulas do Curso de Realidade Brasileira, organizado por diversas coletividades e movimentos de luta por terra, educação, saúde e direitos que defendem uma transição agroecológica para a vida contemporânea, confluirão aqui neste texto denominações sobre processos históricos inerentes ao capitalismo dos tempos atuais, como a noção de "catástrofe ancestral"[1], por meio da qual a antropóloga estadunidense Elizabeth A. Povinelli articula reflexões existenciais sobre os efeitos do colonialismo para a existência da vida na Terra, ou como a conceituação de "colonialismo químico", apresentado no livro homônimo que motivou uma perseguição à autora, a geógrafa brasileira Larissa Mies Bombardi, por parte da indústria de agrotóxicos.

[1]Confira em https://www.youtube.com/watch?v=9AwYeazh890 uma apresentação de Elizabeth A. Povinelli no 45° Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em que ela disserta sobre seu pensamento, em 2021, alguns anos antes da publicação em português-brasileiro de "Catástrofe ancestral – Existências no liberalismo tardio" (Ubu, 2024).

A mecanização do trabalho no campo, a concentração fundiária da propriedade da terra, a irrigação automatizada, a imposição do uso de sementes transgênicas ou geneticamente modificadas

de grãos como milho e soja, e a difusão massiva do uso de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, etc.) e fertilizantes minerais ou químicos configuram denominações características à Revolução Verde.

Lutando na guerra das denominações com o que poderíamos chamar de palavras germinantes, tal como propõe Antônio Bispo dos Santos em diversos de seus ensaios e palestras (como nesta, organizada pelo Observatório da Branquitude), apresenta-se o conceito de geontopoder, cunhado nos trabalhos de Elizabeth A. Povinelli, para percorrer reflexões sobre como um território tradicional pode ser intoxicado por processos colonialistas – como o processo químico descrito por Larissa Bombardi -, que negam a existência de vida por negarem o estado de ocupação da terra por povos que nela habitavam originalmente e, assim, georreferenciam o biocídio.

Assim, busca-se ajudar a dimensionar historicamente como a resistência e a persistência em teimosamente habitar territórios intoxicados são atos contracoloniais, já que do ponto de vista das pessoas despossuídas de terra agricultável, tanto um campo de mineração ou um pasto extensivo criado pelo desmatamento, quanto um campo de monocultura de soja, quanto um lixão ao qual são destinados os resíduos da produção agrícola, enfim, todos estes espaços podem ser tomados como empreendimentos colonialistas.

"A União Europeia controla cerca de um terço das vendas mundiais de agrotóxicos e, no entanto, ela tem a legislação mais restritiva para agrotóxicos do mundo", afirma Larissa Bombardi em entrevista citada oferecida para a TV Unicamp publicada em 21 de agosto de 2024. O capital transnacional, instalador de fronteiras, se acumula atualmente tanto por meio da implantação de um regime de legalidade para a venda e uso de agrotóxicos num território como Brasil, quanto num lixão numa metrópole como Curitiba, quanto no taxamento do tráfego global de corpos e mercadorias, e na exportação de grãos e carne do agronegócio, e no desmatamento, e no narcogarimpo.

O agronegócio é uma operação arrojada, e seus representantes estratificados em classes sociais circulam politicamente em redes de poder político que fluem entre organizações da sociedade civil e órgãos de governo, sendo um de seus fins aterrar a produção de grãos como commodities (não como alimentos) em algum lugar, geralmente tendo nas regiões metropolitanas do sul global os centros de escoamento da produção tóxica, nem que seja para tornar até os resíduos desta produção algo mercantilizável – pesando o lixo para cotar o lucro do aterramento de 200 toneladas de resíduos por dia (como no caso do aterro sanitário na CIC, em Curitiba), por exemplo, a logística da produção capitalista acaba forjando e mensurando a bioacumulação de resíduos tóxicos sobre o solo, visando lucrar com a produção de chorume que, ao atingir as águas subterrâneas, acabam tendo como destino a bioacumulação em plantas e animais, podendo levar à morte de organismos e à desagregação de comunidades e territórios tradicionais, e ao aprofundamento da desigualdade em cidades inteiras.

Neste exercício de poder, o "verde" dito revolução ou é sinônimo de monocultura, ou de crédito de carbono, ou é reduzido a cinzas de queimadas, cinzas de asfalto e cinzas de prédios e edificações de concreto para especulação imobiliária em cidades de grande porte, que produzem fluxos de milhares de toneladas de resíduos não renováveis ou intoxicantes – lixo, sinônimo de sintético para Antônio Bispo dos Santos.

Muitas dessas cidades cinzas e desertos verdes são frutos de processos tardios de colonização no século XX, "cujos moinhos de gastar gente", como poderia dizer Darcy Ribeiro, foram expandindo a chamada fronteira agrícola (do ponto de vista do poder sobre a terra tida cultivável – a terra "agro"), transformando eventualmente a terra em solo não vivo adentro do continente conforme o avanço da dita Revolução Verde.

Essas campanhas colonizadoras do século passado se formaram, parcialmente, como processos de urbanização que afastam do conhecimento sensível e imediato dos povos das cidades as relações de exploração da classe do agronegócio sobre a classe trabalhadora camponesa, que executa a produção agropecuária no chamado Brasil profundo, já que as regiões metropolitanas, onde estão a maioria dos portos de escoamento da produção, foram se formando em sua origem no litoral brasileiro.

Assim, nessas configurações campo-cidade, contando com uma extensa malha rodoferroviária de formação de economia mista entre iniciativas públicas e privatistas, muitas vezes por concessões de propriedade ou administração que fluem na direção público-privadas, o agronegócio enquanto classe social herdou os meios de produção necessários para a chamada Revolução Verde com essas (de)formações rurais e urbanas, herdando assim o poder de distribuir geologicamente não só a morte e a vida em função do modo de produção que constituiu um "plantationceno", mas também o poder de zonear terra viva e terra não-viva: o agrotóxico é tóxico para a terra cultivável, portanto a torna não-viva quando atinge um grau máximo de toxicidade, e se um terço destes produtos saem da Europa e grande parte deles aterram-se no Brasil pelo poder do agronegócio, este "agro" é colonialista – é catastrófico. E isto seria reversível?

Há conceitos que designam operações diferentes das do "biopoder" de Michel Foucault ou da "necropolítica" de Achile Mbembe, e que também apontam para exercícios do poder do capitalismo para operar a logística de posicionar em territórios específicos a permanência da toxicidade intrínseca a esse modo de produção que impõe não vida sobre um território e quem o povoa, como no caso da chamada Revolução Verde.

Em terras intoxicadas pelas catástrofes da mineração, garimpo, desmatamento e suas adjacências, vale recorrer a quem luta nas trincheiras intoxicadas para nos ajudar, por isso aqui se recorre a Antonio Bispo dos Santos e Larissa Mies Bombardi; além disso, recorre-se a dois livros publicados em português-brasileiro pela Ubu, "Geontologias – Um réquiem para o liberalismo tardio" e "Catástrofe ancestral: e existências no liberalismo tardio", Elizabeth A. Povinelli, propõe, por meio do conceito de "geontopoder" (em relação complementar ao "biopoder", conceito proposto por Michel Foucault), conceber a intoxicação da Terra como um fim do que chama de liberalismo tardio enquanto uma geontologia capitalista.

Geontopoder é apresentado como um exercício de governança que impõe a despossessão da terra por meio do estabelecimento de fronteiras não apenas agrícolas e políticas, mas fronteiras entre territórios de vida e de não vida, de fato georreferenciados e operantes sobre a existência nestes territórios – por isso geo-onto-poder.

No caso brasileiro, podemos ver a materialidade desa forma de governança, por exemplo, na promulgação da Lei de Terras em 1850, quando a denominação de terras devolutas tem por fim a devastação da cobertura florestal, ao longo dos últimos 175 anos, que foi sobreposta pelas monoculturas de soja e milho atualmente, o que implicou na diáspora dos povos trabalhadores do campo em sua diversidade de modos de produção da vida ao longo dos anos de 1930 e 1980, quando a Revolução Verde passava a se constituir; o trabalho de Larissa Bombardi, seguindo esta conceituação, evidencia nossa catástrofe ancestral e demonstra sua atualização: do latifúndio à monocultura, o motor era o colonialismo de ocupação e o desmatamento, agora o motor é a toxicidade química.

No Paraná, por exemplo, quando comparamos cartografias apresentadas por Gubert Filho num estudo inicialmente divulgado em 1988, e reproduzido em 2010 pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, atual Instituto Água e Terra7, que expõe a devastação da cobertura florestal no estado, a um estudo de Larissa Bombardi publicado em 2017 (p. 88)8, que mapeia o uso de agrotóxicos no Brasil, observamos que a redução da cobertura florestal de 16 milhões 762 mil e 600 hectares, ou 83,41% de território do estado, para cerca de 872 mil e 600 hectares, ou seja, 5,20%, está correlacionada à maior incidência de uso de agrotóxicos, ou seja, onde não há florestas nativas o que resta como modo de produção é o colonialismo químico.

Numa linguagem mais próxima da de Povinelli, podemos apreender a Revolução Verde no Brasil como um movimento de extração da potência vitalizante da terra, que ao ser tomada como agricultável pelo estabelecimento de fronteiras geográficas, nas quais se instalará a monocultura como modelo de produção agrícola, opera-se também uma mutação num nível existencial da vida que circula naquela terra, pois quando um território é espoliado pelo colonialismo, todo o

deslocamento de água e recursos naturais para insumar a produção agropecuária visando à exportação da produção para as cidades capitalistas de outros países faz manter, residualmente, a capacidade devastadora, tóxica e, em alguma medida, mortífera do colonialismo biacida no próprio território espoliado.

A Revolução Verde de fato expandiu a produção de grãos, mas como commodities, não como alimentos, sendo esta a força motriz da produção de animais para exportação, mas não para consumo interno dos territórios nacionais onde são produzidos. Assim, de certo modo este movimento liberal contribuiu para a expansão da demografia dos centros urbanos, cujos êxodos rurais que os povoaram foram viabilizados pela devastação florestal que cobria originalmente os territórios como o do Paraná.

Por isto chamar de falsa a "Revolução Verde" é uma tática que denuncia sua face catastrófica e colonialista, por isso, designá-la como "catástrofe ancestral", "modernização dolorosa" ou "colonialismo químico" talvez possa ser estratégico conceitualmente, já que a instalação de campos de monocultura de grãos e pastos pra pecuária extensiva visando à exportação, operação dita revolucionária, realiza uma reconfiguração geográfica verdadeiramente catastrófica: devastação florestal, extinção de biornas e ecossistemas e espécies de vida e, ainda, a alienação ou morte dos povos das florestas, a fragmentação ou morte das comunidades dos povos do campo, disjuntando assim uma terra cultivável (agro) temporariamente, mediante uma fronteira geo-gráfica como despossuída de vida, uma terra de não vida (ou "geo", para Povinelli, no sentido de que a terra quando determinada pela geografia colonialista, limita o território colonizado como ausente de vida, como se não existissem povos originários e territórios tradicionais).

"Nominar é a arte de dominar, […] e os colonialistas sabem muito bem disso", afirma Antônio Bispo dos Santos em uma palestra publicada no YouTube em dezembro de 20239; contracolonizar é também disputar denominações – e é aí onde as palavras podem germinar a liberdade para nos conduzirmos a outros modos de vida, ou onde a reprodução de conceitos pode recolonizar corpos e territórios.

O agronegócio é um modo de vida catastrófico, e assim precisa ser nominado para que não nos enganemos: os processos históricos que fundam os meios de produção do "agro" no Brasil formam um arrimo do capitalismo em sua fase atual no país, um muro que pode romper a qualquer momento e inundar as cidades, como demonstram as catástrofes em Brumadinho, Mariana ou Porto Alegre (exemplos de consequências do exercício do geontopoder, tomando a conceituação de Elizabeth A. Povinelli). Ou ainda, o agronegócio, em suas operações na institucionalidade do Estado e dos governos, forma milícias, como o movimento Invasão Zero'º, ou comanda ideologicamente as polícias militares, resultando em mortes como a de Antônio Tavares, num trágico exemplo de exercício do que pode ser chamado de necropolítica.

A luta dos territórios e populações tradicionais segue contra o geontopoder nominado agronegócio pela disputa de um outro modo de produção – o agroecológico – já que o autodenominado "agro" nunca foi verdadeiramente verde, sempre foi biocida e catastrófico uma vez enraizado nas práticas colonialistas, e se apodera de biornas pela invenção da propriedade nominal a um posseiro ou grupo de posseiros sobreposta à ocupação original da terra, e, no fim, se torna um movimento de apropriação da exclusão ou remoção da vida/causação da morte, em determinados territórios.

E o cinema pode ser uma caixa de ferramentas para ir do luto à luta pela terra, pela vida. No Brasil, a memória da luta pelo direito à terra é difundida em documentários como "Cabra marcado para morrer", dirigido por Eduardo Coutinho, que narra a história da organização das Ligas Camponesas da Paraíba a partir do assassinato de lideranças dessas organizações e suas consequências para a vida de Elizabeth Teixeira, viva ainda, com 100 anos recém completados em 13 de fevereiro deste ano, encarnando a resistência da luta camponesa pelo direito à terra; o curta-metragem "O arquiteto da violência", documentário produzido pelo MST a respeito do comando do

então governador Jaime Lerner sobre ações da Polícia Militar do Paraná que resultaram, por fim, na morte de Antônio Tavares, integrante do movimento, em 02 de maio de 2000.

Elizabeth A. Povinelli e o Coletivo Karrabing também fazem do cinema uma caixa de ferramentas pelo direito à terra e pelo direito à vida. Ela descreve em "Catástrofe ancestral" (Ubu, 2024), como a produção de filmes Karrabing se faz instrumento de persistência (endurance, nas palavras de Povinelli) e resistência contra a toxicidade colonialista do liberalismo tardio – e é possível conferir trailers dos filmes e informações sobre o trabalho do coletivo no site https://karrabing.info/karrabing-film-collective.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2025/05/23/o-agro-nao-e-pop-e-catastrofico/

Em Foco IV

Brasil, o país sobremesa no século XXI

Por *Jones Manoel*
17/06/2025

Na dinâmica imperialista global, os países de capitalismo dependente, como o Brasil, têm como lugar reservado a posição de consumidor de ciclos de inovações tecnológicas e produtivas gestados nos centros hegemônicos do sistema. A absorção destas inovações acontece de acordo com o interesse dos monopólios estrangeiros, de forma contraditória, seletiva e monstruosa, aprofundando a dependência tecnológica, a transferência de riqueza para fora e a sub-soberania do país. A classe dominante interna, confortável e organicamente ligada ao centro do sistema imperialista, dorme tranquila com a situação.

O resultado prático disso é trágico e meio cômico. É um consenso, na fala de todo político burguês, grande empresário, acadêmico e jornalista, que precisamos "investir em ciência e tecnologia", e fortalecer a educação, a partir do mito de que Japão e Coreia do Sul desenvolveram-se a partir da educação. A tecnologia, com seu efeito de maravilhamento, é um consenso. Todos acham que o Brasil precisa de mais ciência, tecnologia e inovação. Nem o mais imbecil dos bolsonaristas vai dizer que precisamos manter o país atrasado e sem capacidade de inovação.

A despeito disso, em breve teremos cem anos completos de uma famosa frase de Oswald de Andrade que segue atual. Disse o paulista: "país de sobremesa. Exportamos bananas, castanhas-do-pará, cacau, café, coco e fumo. País laranja! (…). Os nossos economistas, os nossos políticos, os nossos estadistas deviam refletir sobre este resultado sintético da história pátria. Somos um país de sobremesa. Com açúcar, café e fumo só podemos figurar no fim dos menus imperialistas. Claro que sobremesa nunca foi essencial". Poucas mudanças são necessárias para atualizar esta reflexão de 1937: tirar a castanha-do-pará e colocar a soja no lugar.

O capitalismo dependente brasileiro, deixado a livre curso, nos manterá na condição de pária tecnológico. A construção de um sistema nacional de inovação no Brasil passa necessariamente por uma questão de poder político: conquistar o poder contra o imperialismo e a classe dominante interna, criando os fundamentos da nossa emancipação tecnológica num projeto socialista. Neste objetivo estratégico, é claro, precisamos desde já criar uma consciência nacional e popular revolucionária acerca da incapacidade estrutural do capitalismo de resolver esta questão fundamental.

Deveria ser claro para todo socialista e comunista do Brasil que, com o poder político nas mãos da burguesia e do imperialismo, as nossas escolas vão continuar caindo aos pedaços, com professores adoecidos; as universidades vão viver eternas crises orçamentárias; os setores estratégicos da economia serão cada vez mais desnacionalizados; o financiamento para ciência e tecnologia seguirá capturado para engordar o lucro das grandes empresas; a nossa legislação e o sistema de registro de patentes seguirá antinacional; e os órgãos públicos de fomento à inovação se manterão como um grande nada, considerando as grandes disputas globais pela liderança das novas fronteiras das mudanças tecnológicas.

O problema não é só quanto a como estamos distantes de uma conjuntura onde a conquista do poder esteja na ordem do dia. A coisa vai além. A maioria do que se entende hoje como esquerda simplesmente não debate com seriedade o problema da dependência tecnológica. Isso é simplesmente uma não-questão. Um não-assunto. Os novos problemas vão se acumulando — como o colonialismo digital e de dados —, e os velhos não são resolvidos.

Olhamos para a disputa entre China e Estados Unidos nas áreas de 5G, Inteligência Artificial, produção de chips, semicondutores, energias renováveis, carros elétricos, indústria aeroespacial e afins, e tal confronto não motiva um debate coletivo sobre o nosso lugar na divisão internacional do trabalho. A impressão que fica é de um país anestesiado, acostumado com seu lugar de buraco de mineração, como campo de plantação de soja e cassino para especulação financeira.

Colocar no centro da agenda política a dependência tecnológica e a incompetência genética da burguesia brasileira para enfrentar o tema é fundamental. Vivemos uma época histórica de radicais transformações, com muitos perigos, mas também diversas oportunidades. Temos fartas possibilidades geopolíticas para deixarmos de ser o "país sobremesa", com a maioria do nosso povo vivendo em subempregos, atolado em dívidas, com dificuldade de alimentar-se e definhando no caos urbano, violência, exploração e humilhações de todo tipo.

Precisamos encarar a situação brasileira como é: uma crise civilizatória sem nenhuma saída no capitalismo periférico. Precisamos, para ontem, da Revolução Brasileira. Um ótimo começo é enfrentar o deserto de ideias neoliberal e recolocar como tema de massa as grandes questões estratégicas do nosso tempo, como a dependência tecnológica. Sem encarar desafios como esse, não temos futuro. Essa fome de futuro pode matar o país.

Link: **https://operamundi.uol.com.br/opiniao/brasil-o-pais-sobremesa-no-seculo-xxi/**

Em Foco V

O golpe que planejou matar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes

Por *Urariano Mota*
19/06/2025

Os limites entre ficção e realidade continuam a ser rompidos. Se vivêssemos em outro planeta, eu convidaria o leitor para dizer o que é real e o que é fictício nos réus fascistas que estão sendo julgados no STF. Mas acompanhem ainda assim, porque a notícia não para de se reinventar.

A investigação da Polícia Federal descobriu que as cinco pessoas presas (quatro militares e um policial federal) confabulavam por aplicativo de mensagens, em 2022, para matar o presidente eleito Lula, o seu vice Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes. Todos seriam

assassinados no mesmo dia, juntos ou em diferentes oportunidades, como era feito na ditadura militar.

Lula seria morto com "utilização de envenenamento ou uso de [produtos] químicos", visando causar um colapso orgânico. Eles consideraram a suposta vulnerabilidade de saúde do presidente da República e ida frequente a hospitais. No caso de Moraes seria usado artefato explosivo.

Até aí nada é ficção, considerando que os relatos têm provas e testemunhas. Mas a esta altura cabe esclarecer que o conceito mais obscuro que se vê na mídia dominante e nas falas de autoridades e políticos profissionais: eles confundem ficção com mentira. Para eles, relatos mentirosos são fictícios. Meu deus poderoso dos enganos, que erro colossal.

Para não entrar em discussão filosófica, digna de Lukács e Gramsci, para não subir tão alto, somente peço a lembrança de Primo Levi e Balzac. O que eles têm de mentirosos, de fantasiosos e absurdos? Por sinal, pesquisando para este artigo, vi agora que meus romances Soledad no Recife e A mais longa duração da juventude estão na Amazon na categoria de "biografias" e "casos verdadeiros". Acho que chegaram perto.

Mas agora vamos ao lugar onde se confundem, unidas, a realidade e a ficção. O general Mário Fernandes gritou e discutiu com os seus iguais sobre a necessidade de uma postura feroz, de guerra, "como em 64", chamando-os para um golpe militar como o que instaurou a ditadura no Brasil de 1964 a 1985. A continuidade do plano seria uma matança geral à lá Pinochet no Chile: o morticínio de militantes socialistas do Brasil.

Isso quer dizer, para continuar na "ficção", que houve a possibilidade clara de guerra civil, que poderia ser desencadeada com Lula morto. O povo brasileiro, os patriotas iriam aceitar a consumação de assassinatos bárbaros?

Em Assassinos fascistas, texto publicado por mim há mais de dois anos, escrevi numa ficção a voz de um fascista: "Essa conversa de fêmea, de feminicídio, é só 'mimimi'. Mulher não respeita mais homem, ofende nossa honra, e depois… né? São esses comunistas que invadiram tudo, escola, faculdade, direitos humanos… Direito humano é pra quem é humano. Pra comunista, não. Eles são contra a família. Só vai matando! ". E vinham outras barbaridades indignas até de um vômito, essa náusea humana.

Em resumo: a luta contra o fascismo é permanente. Que as ficções das ruas e do poder real não nos deixem mentir. Além da literatura, escrevo agora: cadeia para Bolsonaro e o resto do bando fascista.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2025/06/19/o-golpe-que-planejou-matar-lula-alckmin-e-alexandre-de-moraes/

Em Foco VI

As Bigtechs e o Bolsonarismo de mãos dadas desenhando 2026

Por *Gabriella Carvalho*
06/06/2025

O 2º Seminário Nacional de Comunicação do Partido Liberal (PL), realizado em Fortaleza apenas três meses após o 1º — realizado em fevereiro — revelou uma aliança estratégica entre o

bolsonarismo e as big techs: Meta, Google, TikTok, X (ex-Twitter) e Kwai. O objetivo é claro: fortalecer a presença digital da extrema direita brasileira nas eleições de 2026.

A atividade de preparação da comunicação do partido de Jair Bolsonaro contou com a participação ativa de executivos dessas plataformas, que apoiaram, organizaram e ministraram workshops e oficinas sobre criação de conteúdo digital, uso de inteligência artificial para produção de vídeos e imagens, e estratégias de engajamento nas redes sociais. Também estiveram no Centro de Eventos do Ceará para apresentar funcionalidades das suas plataformas, como o assistente de IA da Meta e ferramentas do Google, como o Gemini e o Notebook LM, destacando o potencial dessas tecnologias para impulsionar campanhas políticas.

Diante dessa parceria, é prudente lembrar que, poucas semanas antes do 1º Seminário de Comunicação do PL, essas mesmas plataformas não enviaram representantes à audiência pública convocada pela Advocacia-Geral da União (AGU), em janeiro, que discutiu a regulação das plataformas digitais. Isso ocorreu após a Meta — empresa que controla Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp — anunciar mudanças nas suas diretrizes de moderação, extinguindo, por exemplo, os serviços de checagem de notícias falsas.

Não é mais necessário convencer que essas empresas não têm qualquer compromisso com o debate democrático ou com o combate à disseminação de desinformação e discurso de ódio nas redes digitais. Mas é fundamental atentarmos para o fato de que são justamente essas corporações que se utilizam da defesa da liberdade de expressão para mascarar o alinhamento do capitalismo de vigilância com projetos políticos específicos ao redor do mundo. Ao oferecer "aulões" sobre o uso da IA para criar imagens, vídeos e narrativas políticas, as big techs não apenas instrumentalizam a tecnologia, mas moldam subjetividades e estratégias de poder.

O que o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han chamaria de "psicopolítica digital" atua aqui com força: as plataformas não apenas observam os comportamentos dos usuários, mas os orientam, mercantilizam e modulam, transformando cada sujeito em um microempreendedor de si mesmo e, no caso da esfera política, em um influenciador ideológico. A promessa de que "qualquer um pode criar conteúdo impactante com IA" desloca a luta política para o plano da performatividade algorítmica, onde quem entende melhor os mecanismos da atenção vencem — não necessariamente quem tem os melhores argumentos.

A extrema direita, ao se apropriar da estética patriótica, da IA e das plataformas, não só comunica ideias, mas constrói uma identidade emocional e estética que neutraliza o dissenso, convertendo o debate político em espetáculo e consumo. É a face atual da dominação: sedutora, eficiente e retroalimentada por indivíduos que acreditam estar livres, enquanto obedecem a algoritmos fabricados para convencê-los de que figuras como Nikolas Ferreira e André Fernandes são realmente jovens contra o sistema.

A colaboração orgânica das big techs com o bolsonarismo indica que a corrida de 2026 já começou, com a extrema direita a alguns hectares de terra à frente. Precisamos enxergar além da taxa de aprovação do governo e da capacidade de formar alianças amplas: o que está em jogo é o controle da produção de sentido. Essa aproximação deve levantar sérias preocupações sobre a integridade do processo democrático no Brasil.

Enquanto patinamos no Congresso Nacional com o Projeto de Lei 2630/2020, que visa regulamentar as plataformas digitais no país, a extrema direita continua — e continuará — enviando mensagens no Zap da família, produzindo e viralizando vídeos com o uso da IA para promover sua agenda política, formar e propagandear seus novos quadros e convencer nosso povo de que são eles os verdadeiros defensores da liberdade e da democracia.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2025/06/06/as-bigtechs-e-o-bolsonarismo-de-maos-dadas-desenhando-2026/

Em Foco VI

Está na hora de Lula romper com Israel

Por *Bruno Huberman*
12/06/2025

Durante sua recente visita à França, o presidente Lula voltou a criticar o genocídio promovido por Israel em Gaza. Desta vez, estava diante de um dos principais aliados do regime israelense, o presidente Emmanuel Macron. "É importante que as potências mundiais dêem logo um basta nisso. Estamos vendo um genocídio na nossa cara todo santo dia. É triste saber que o mundo se cala diante de um genocídio", disse.

Lula tem sido uma voz relevante contra a matança de palestinos em Gaza, o que reflete sua antiga relação com a Questão Palestina. O PT foi fundado nos anos 1980 com base na solidariedade às lutas contra o apartheid na África do Sul, no apoio aos movimentos de libertação nacional em Angola e Moçambique, e na defesa da paz no Oriente Médio. Na época, Lula chegou a receber Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), então rotulado pelo Ocidente como "terrorista".

Durante seus primeiros mandatos, Lula tornou-se o primeiro chefe de Estado brasileiro desde Dom Pedro II a visitar a Palestina, em 2010. Na ocasião, liderou um movimento latino-americano pelo reconhecimento do Estado palestino, impulsionado por forte mobilização do movimento palestino.

No próximo 15 de junho, um grande ato reunirá diversos setores da esquerda brasileira, incluindo organizações palestinas, para exigir que o Brasil rompa relações diplomáticas e comerciais com Israel como forma de pressionar pelo fim do genocídio em Gaza. Por que, então, Lula ainda hesita em atender a essa demanda?

Ao cobrar, diante de Macron, que as "potências mundiais deem um basta nisso", Lula parece buscar isentar o Brasil de responsabilidade direta sobre o genocídio. De fato, potências como EUA, França, Alemanha e Reino Unido exercem maior influência sobre Israel. No entanto, sua fala minimiza a relevância do Brasil para a Palestina e para o Sul Global.

O Brasil é a oitava maior economia do mundo e mantém relações comerciais estratégicas com Israel, sobretudo nos setores de agronegócio, petróleo e segurança. Importa principalmente fertilizantes e equipamentos militares, enquanto exporta proteína animal e petróleo cru. A balança comercial com Israel foi de aproximadamente 74,6 milhões de dólares em 2024, mas representou apenas 0,37% do total do comércio exterior brasileiro.

Além de apresentar déficit, o Brasil não é economicamente dependente de Israel. A recente diversificação das importações de fertilizantes, sobretudo da Rússia, minimizaria os impactos ao agronegócio. Do lado israelense, no entanto, a perda de um parceiro como o Brasil poderia gerar impactos significativos, especialmente em um contexto de crescente isolamento internacional, com efeitos inflacionários em setores-chave da economia israelense.

O Brasil também exerce papel de liderança no Sul Global. Após o reconhecimento da Palestina em 2010, diversos países latino-americanos seguiram o exemplo. O Brasil, cuja política externa se baseia no respeito aos direitos humanos e ao direito internacional, poderia novamente liderar pelo exemplo.

Tanto o Tribunal Penal Internacional quanto a Corte Internacional de Justiça, dos quais o Brasil é signatário, exigem que os países-membros adotem todas as medidas possíveis para impedir crimes contra a humanidade como os que vêm sendo cometidos por Israel em Gaza. Esse argumento foi inclusive usado por Celso Amorim para justificar o veto à compra de veículos militares israelenses pelo Exército em 2024.

O embargo econômico internacional foi decisivo para o fim do apartheid na África do Sul. Inspirados por esse exemplo, os palestinos exigem que países do mundo adotem boicotes, desinvestimentos e sanções contra Israel. Uma ação coordenada entre os BRICS, especialmente com a participação da China, teria impacto ainda maior. Mas mesmo uma decisão isolada do Brasil teria peso simbólico e político relevante.

Por outro lado, Lula enfrenta fortes pressões para não romper com Israel. O lobby pró-Israel, representado por entidades como a CONIB e a Stand With Us Brazil, conta com apoio de setores influentes no Congresso, como o bolsonarismo – representado por figuras como Eduardo Pazuello (PL-RJ) – e a bancada evangélica, liderada por nomes como o senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente do Grupo Parlamentar Brasil–Israel. Essa força política ficou evidente na aprovação do Dia da Amizade Brasil–Israel, com votos inclusive de senadores petistas, como Jaques Wagner, líder do governo no Senado.

A ruptura nas relações comerciais também impactaria três setores fundamentais da economia – agronegócio, segurança e energia – que, junto à bancada evangélica, formam o núcleo da base conservadora que domina o Congresso há décadas. Além disso, poderia prejudicar a tentativa de Lula de distensionar as relações com os militares, historicamente próximos a Israel desde a ditadura.

Há ainda pressões externas. Os EUA já demonstraram desconforto com o governo brasileiro, especialmente em relação ao ministro Alexandre de Moraes, e parecem buscar formas de desestabilizar a democracia brasileira com vistas às eleições de 2026. Embora Donald Trump não esteja em boa sintonia com Netanyahu, especialmente diante das dificuldades em se alcançar uma nova trégua em Gaza, dificilmente o rompimento por parte do Brasil poderia motivar uma reação mais dura de Washington. Recentemente, Colômbia e Chile romperam, respectivamente, relações comerciais e militares com Israel sem sofrer retaliação dos EUA.

O cenário indica que um rompimento político e econômico com Israel acarretaria custos limitados para Lula e para a economia brasileira. O principal impacto viria da reação negativa das forças de extrema-direita, tanto internas quanto externas. No entanto, se Lula deseja reafirmar seu compromisso com os direitos humanos e com o enfrentamento ao neofascismo, romper com Israel é a decisão certa a ser tomada.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/esta-na-hora-de-lula-romper-com-israel/

Em Foco VII

A partida de Pepe Mujica como manifesto radical contra a desumanização da vida

Por *Júlia Louzada*
13/05/2025

A tradição da mística da militância cubana se recusa a dizer que seus lutadores do povo morreram. Eles dizem que houve um desaparecimento físico. E talvez seja essa a melhor maneira de falar sobre José “Pepe” Mujica. Não como quem morreu, mas como quem segue entre nós — como presença, gesto e memória encarnada no corpo coletivo da militância latino-americana.

É difícil escrever sobre a sua partida sem tropeçar na tentação da grandiosidade, mas Mujica não gostava de enfeites. Foi um homem de palavras simples, mãos calejadas e ética radical. Não buscava aplauso — buscava sentido. E talvez por isso mesmo sua vida tenha sido tão profundamente revolucionária: porque escolheu ser coerente, mesmo quando o mundo pedia espetáculo.

Como psicanalista, aprendi com Freud que a identificação é um processo fundante. É na relação com o outro que nos constituímos como sujeitos. Mas há identificações que nos alienam e outras que nos despertam.

A figura de Mujica, em sua dignidade imperturbável — na prisão, na presidência, no cotidiano com sua companheira ou no gesto simbólico de dirigir seu fusca —, produz em nós um tipo raro de identificação: aquela que nos convoca à ética, à escuta, à militância da existência.

Mujica não era ídolo. Era um espelho vivo de uma possibilidade de ser no mundo, sem abrir mão da dignidade. Ao contrário do líder narcísico que captura o desejo dos outros para alimentar o próprio ego, ele nos devolvia a pergunta: o que você vai fazer com a sua liberdade?

Em Psicologia das massas e análise do eu, Freud alertava para o risco de perder-se no coletivo. Mujica caminhava na contramão desse risco. Não desejava massas, mas encontros. Militava ao lado, não acima. Quando subiu no caminhão de som ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na última campanha contra Jair Bolsonaro (PL), em 2022, ele estava simples com seu boné e sua saúde já debilitada, como quem sabe da gravidade do momento histórico — e da urgência de sermos muitos.

Penso também no tempo. No tempo como tecido da vida, Mujica não acelerou o tempo, nem fugiu dele. Pediu privacidade para morrer. E, com isso, nos deu uma última lição: é possível viver até o fim, sem ceder à lógica da performance. Sua vida foi um manifesto contra o consumismo, contra a desumanização e contra o esquecimento. É possível habitar a finitude com serenidade, sem espetáculo, com amor e compromisso.

Celebrar sua vida é não deixar que ela seja reduzida ao obituário. É insistir na radicalidade do desejo, na confiança de que ser militante é, antes de tudo, não desistir da vida. Morrer, dizia ele em gestos, é deixar de desejar, deixar de gestar um projeto coletivo, e deixar de ser livre. E Mujica desejou, lutou e foi livre — até o fim.

Sua história está contada também no cinema, no belíssimo A noite que durou 12 anos. Mas há histórias que não cabem na tela ou em artigos de jornais. A de Mujica se escreve no coração de quem o viu, o ouviu, o leu — e, sobretudo, de quem continua. Porque ele partiu, sim. Mas, como dizem os cubanos, apenas fisicamente. Sua vida, essa, segue entre nós.

Que sua partida nos sirva menos como luto e mais como um chamado: que sejamos, também nós, militantes desta vida.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2025/05/13/a-partida-de-pepe-mujica-como-manifesto-radical-contra-a-desumanizacao-da-vida/**

Agenda Acadêmica

7º Ciclo ibero-americano de diálogos contemporâneos

Apresentação: O Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos chega à sua 7.ª edição e pretende afirmar-se como um fórum de debate e partilha de investigações científicas centradas na temática História, Cultura e Interdisciplinaridade. As interações entre processos históricos, práticas culturais e abordagens interdisciplinares exigem uma reflexão contínua, crítica e colaborativa. Neste sentido, novas perspectivas devem integrar o debate académico e social, envolvendo investigadores, instituições, empresas, governos e a sociedade civil.

A compreensão da cultura e da história, bem como o diálogo entre diferentes disciplinas, é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos de forma inclusiva e responsável. A equidade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, entre outros, perdem seus significados quando tratados fora do contexto histórico e social que os molda. Assim, temas como a história das instituições, os processos de mudança sociocultural, a preservação do património, as práticas de poder e as suas implicações para o bem-estar das comunidades são centrais para esta edição do CIDC.

Convidamos investigadores e investigadoras de Portugal e do estrangeiro, estudantes e profissionais, ligados a instituições de ensino superior ou centros de investigação científica, a submeterem propostas de comunicação oral. As propostas podem ser individuais ou em grupo, sendo especialmente valorizadas as abordagens interdisciplinares e interinstitucionais.

O 7.º CIDC é promovido conjuntamente pelo CONJUGARE (Centro Português de Apoio à Investigação Científica e à Cultura | Portugal), o NUPAM (Núcleo de Patrimônio, Arquitetura e Memória Fluminense | Brasil) e o PPGPACS (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ | Brasil). O evento terá lugar nos dias 16, 17 e 18 de Setembro de 2025, a partir da cidade do Porto, Portugal.

Convidamos todos e todas a integrarem este ciclo de debates e reflexões sobre os caminhos possíveis para pensar a história, a cultura e o conhecimento numa perspectiva aberta, crítica e interdisciplinar.

Data e local: 16 a 18 de setembro de 2025, Universidade do Porto – Portugal.

Para mais informações: https://cidc.pt/

XV Reunião de Antropologia do Mercosul

Apresentação: Desde sua criação em 1995, a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) já foi sediada em dez cidades de três países: no Brasil, em Tramandaí (I RAM), Curitiba (IV e IX RAM), Florianópolis (V RAM), Porto Alegre (VII e XIII RAM) e Niterói (XIV RAM); no Uruguai, em Piriápolis (II RAM) e Montevidéu (VI e XI RAM); e na Argentina, em Posadas (III e XII RAM), Buenos Aires (VIII RAM) e Córdoba (X RAM). Em 2025, a XV RAM será realizada em Salvador, marcando um momento especial: além de celebrar os 30 anos do evento, será a primeira vez que uma cidade nordestina sediará a reunião, rompendo com a concentração histórica no Sul e Sudeste do Brasil.

Esse marco simboliza um avanço na redução das assimetrias regionais e na ampliação das fronteiras da antropologia no Mercosul. Sob o tema "Retomar o futuro", convocamos a antropologia sul-americana a refletir sobre os desafios urgentes das crises sociais e ambientais que afetam o mundo. Inspirados pelas contribuições científicas e pelos saberes tradicionais dos povos, o encontro busca explorar caminhos concretos para "retomar o futuro" diante do horizonte agônico que por vezes se prenuncia.

A realização da XV RAM em Salvador coincide com os 70 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955, durante a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), também realizada na cidade. Salvador reafirmou sua relevância ao sediar outras edições importantes, como a X RBA (1976), a XX RBA (1996) e a VI Reunião Equatorial de Antropologia (2019), consolidando-se como um polo central para o pensamento antropológico.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), anfitriã do evento, tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e cultural da região desde 1946. Com destaque para seu Departamento de Antropologia e Etnologia, fundado em 1959, e seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia (2007), referências nos estudos sobre relações raciais, culturas afro-brasileiras e povos indígenas, áreas profundamente ligadas à história e identidade da Bahia. A UFBA também abriga centros de excelência como o Centro de Estudos Afro-Orientais (1959), o Museu Afro-Brasileiro (1974) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (1983).

Salvador é ainda um ponto estratégico para diálogos com a África, o Caribe e a América Latina, fortalecendo sua posição como protagonista na produção de conhecimento no Sul Global.

Com sua rica história e diversidade cultural, nossa cidade será o cenário perfeito para aprofundar reflexões sobre os desafios contemporâneos e fomentar a pluralidade na antropologia, consolidando a Bahia como um polo fundamental para a disciplina. Axé!

Data e local: 04 a 08/08/2025, UFBA, Salvador, BA, Brasil

Para mais informações: https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/site/capa

XVIII Congresso de Medicina Social e Saúde Coletiva

Apresentação: A Associação Latino-Americana de Medicina Social (Alames) foi fundada há 40 anos em Outro Preto-MG, como produto da confluência entre pensamento crítico em saúde e ação em defesa do direito à saúde e da criação de sistemas de saúde públicos e universais.

A Alames é uma articulação não institucionalizada que promove o campo da Medicina Social e Saúde Coletiva na América Latina e conta com representações (capítulos) em todos os países do continente, mantendo uma profícua atividade na formação de profissionais e lideranças ativistas por saúde. No Brasil, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) participa da Alames desde sua fundação e é a entidade representante (o capítulo) da associação no Brasil.

O Congresso Latino-Americano de Medicina Social e Saúde Coletiva está em sua 18ª edição e se destacou como um dos principais encontros da saúde coletiva. Ocorre a cada dois anos, de forma rotativa, pelos países latino-americanos. No ano de 2025, o evento ficará a cargo do Brasil, e o Centro

Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) terá a incumbência e a responsabilidade de organizá-lo na cidade do Rio de Janeiro, no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Data e local: 04/08/2025 a 08/08/2025, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

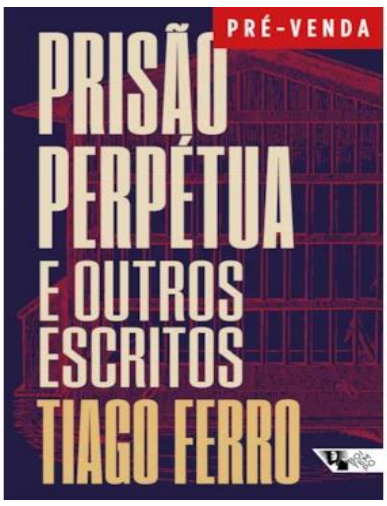
Lançamentos

OS SENTIDOS DO TRABALHO. Ricardo Antunes, Boitempo, 2025.



Sinopse: "O trabalho que estrutura o capital desestrutura a humanidade. Em contrapartida, o trabalho que desestrutura o capital pode efetivamente reorganizar e emancipar a humanidade. " É com essas palavras que o autor Ricardo Antunes sintetiza *"Os sentidos do trabalho"*, lançado originalmente em 1999. Referência nos estudos de sociologia do trabalho, o livro ganha edição comemorativa de 25 anos, com novos textos e nova capa.

PRISÃO PERPÉTUA E OUTROS ESCRITOS. Tiago Ferro, Boitempo, 2025.



Sinopse: Entre 2016 e 2024, período de turbulência política, social e econômica não só no Brasil, mas no mundo todo, Tiago Ferro escreveu uma série de textos que perpassam o horror e a distopia contemporânea. Prisão perpétua traz ao leitor 27 escritos que vão de ensaios e intervenções a resenhas e experimentações ficcionais.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Mateus dos Santos Nascimento
(PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação e Revisão
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Mateus dos Santos Nascimento
(PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.